

# GESTÃO CULTURAL EM CONTEXTOS TRADICIONAIS – SESC SÃO PAULO (2016-2025)

Dulcilei C. Lima<sup>1</sup>

Flavia Prando<sup>2</sup>

---

## RESUMO

Entre os cursos de gestão cultural desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo, destaca-se o curso de Gestão cultural em contextos tradicionais, que aborda como diferentes disciplinas – sociologia, artes, música, história e antropologia – discutem conceitos como cultura, memória, folclore, popular e erudito, identidade e alteridade. Pensado de modo interdisciplinar e introdutório, o curso foca práticas culturais existentes, criando ferramentas para refletir criticamente sobre formas de produzir e gerir manifestações populares, ampliando seu diálogo com diversos setores da sociedade. Esta comunicação analisa as três edições realizadas, seus conteúdos e impactos, relacionando-os ao atual cenário das discussões sobre patrimônio imaterial e gestão das culturas populares. Pretende-se, assim, contribuir com o aprimoramento das futuras edições, aproximando o curso dos novos contextos políticos e sociais que envolvem as manifestações tradicionais.

**Palavras-chave:** Gestão cultural; Contextos tradicionais; Culturas populares; Sesc São Paulo.

## ABSTRACT

Among the cultural management courses developed by the Research and Training Center of Sesc São Paulo, the course Cultural Management in Traditional Contexts stands out. It examines how different disciplines—sociology, the arts, music, history, and anthropology—approach concepts such as culture, memory, folklore, the popular and the erudite, identity,

---

1 Pós-doutoranda pelo PPGAS-USP, é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo (CPF-SESC) e integra o grupo de pesquisa Caleidoscópico das ações afirmativas: avaliações, experiências e alcances das políticas de cotas nas universidades públicas (CNPq) sob coordenação do prof. Dr. Paulo Neves (UFA-BC). *E-mail:* dulcilei.lima@sescsp.org.br.

2 Pós-doutoranda pelo IEB-USP, é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo (CPF-SESC) e pesquisadora associada do Laboratório de História da Cultura Sonora da FFLCH-USP (LHCS), sob coordenação do prof. Dr. José Geraldo Vinci de Moraes. *E-mail:* flavia.prando@sescsp.org.br.

and otherness. Designed as an interdisciplinary and introductory program, the course focuses on existing cultural practices, creating tools for critically reflecting on ways of producing and managing popular manifestations, while expanding their dialogue with different sectors of society. This paper analyzes the three editions that have been held, their contents and impacts, relating them to the current landscape of discussions on intangible cultural heritage and the management of popular cultures. It thus aims to contribute to the improvement of future editions, bringing the course closer to the new political and social contexts surrounding traditional manifestations.

**Keywords:** Cultural management; Traditional contexts; Popular cultures; Sesc São Paulo.

## INTRODUÇÃO

O Centro de Pesquisa e Formação (CPF) é uma das 43 unidades do Sesc no Estado de São Paulo e foi implantado em agosto de 2012. Tem nas competências e atribuições de seus profissionais a construção de um espaço de articulação e disseminação de conhecimentos específicos envolvendo a qualificação de gestores culturais. A proposta do CPF-SESC é a de constituir um espaço articulado entre produção de conhecimento, formação e difusão. Procura-se, assim, propiciar trânsitos entre o saber fazer da instituição e da sociedade, fomentando trocas de dados, informações e pesquisas, no âmbito das temáticas permanentes, transversais e emergentes que envolvem cultura e educação.

O CPF é composto por três núcleos: o Núcleo de Pesquisas, que se dedica à produção de bases de dados, diagnósticos e estudos em torno das ações culturais e dos públicos; o Núcleo de Formação, que promove encontros, palestras, oficinas e cursos; e o Núcleo de Difusão, voltado para o lançamento de publicações nacionais e internacionais que ofereçam subsídios à formação de gestores, estudantes e pesquisadores.

O Curso Sesc de Gestão Cultural (CSGC), criado em 2013 e atualmente em sua 11ª edição (2025), é dirigido à qualificação de gestores culturais e profissionais do campo cultural que atuam em instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Com duração de oito meses, aborda temas como gestão pública da cultura, políticas culturais, planejamento, direito cultural, organização de instituições culturais, identidade e diversidade cultural, economia criativa, tecnologias, patrimônio material e patrimônio

imaterial. Possui um caráter panorâmico, permitindo ao CPF a realização de diversas atividades, tais como cursos, ciclos, seminários e palestras que se desdobram dos temas apresentados no CSGC, à medida que é detectada a necessidade de aprofundamento, ou mesmo a ausência de cursos com temáticas similares.

Assim, percebeu-se que a formação para o trabalho com as culturas ditas populares naquele período era inexistente na cidade de São Paulo, que as discussões de questões ligadas aos patrimônios imateriais eram prementes para instrumentalizar os gestores e pesquisadores e que a discussão sobre a implementação de políticas públicas de preservação era inexistente no estado de São Paulo nesse período. Nota-se que a gestão dessas manifestações apresenta singularidades e especificidades que demandam a qualificação dos profissionais envolvidos. Faz-se necessária uma sensibilização para que a abordagem aos grupos ocorra de maneira a valorizar as manifestações tradicionais sem constrangê-las às convenções estabelecidas pela cultura formal, em que as estruturas artísticas e estéticas vêm sendo convencionadas há séculos.

## **1. GESTÃO CULTURAL EM CONTEXTOS TRADICIONAIS**

Diante da ausência de cursos voltados para a qualificação de gestores culturais que trabalham com as culturas populares e da percepção da crescente demanda por esse conhecimento, foi criado, em 2016, o curso “Gestão cultural em contextos tradicionais”. A proposta do curso busca problematizar questões centrais para a área, como:

- O que é cultura popular? E cultura erudita? E folclore?
- Como pensar a gestão cultural nas manifestações tradicionais?
- Após o registro de um patrimônio imaterial, como evitar a musealização das tradições?
- De que maneira consagrar os saberes tradicionais e populares no meio acadêmico sem descaracterizá-los ou submetê-los à hierarquização do conhecimento formal?
- Como divulgar uma tradição popular sem descontextualizá-la?
- Qual a importância e o papel dos grupos de pesquisa populares que não estão diretamente ligados a uma tradição específica, os chamados parafolclóricos?

Com essas reflexões, o curso busca ampliar o debate sobre a gestão cultural em contextos tradicionais, promovendo uma abordagem crítica e sensível às dinâmicas próprias das culturas populares.

Além dessas questões, o curso se propõe a abordar as formas como diversas disciplinas, a sociologia, as artes plásticas, a música, a história e a antropologia, construíram e discutiram conceitos de cultura, memória, folclore, popular e erudito, alteridade e identidade. O repertório oferecido é pensado de modo interdisciplinar e introdutório, coloca em foco as práticas culturais existentes a fim de criar ferramentas para se pensar formas de produzir e gerir manifestações populares de maneira crítica, ampliando o poder de relacionar essas expressões culturais com os diversos setores da sociedade e gerando capital simbólico que auxilie na manutenção e na renovação dessas práticas.

Entre os objetivos do curso estão: estimular o desenvolvimento da pesquisa e o registro da cultura tradicional por estudantes, praticantes e gestores, estabelecendo um espaço crítico e reflexivo sobre a importância das abordagens de manifestações populares; discutir os conceitos de cultura, cultura erudita e cultura popular em sua articulação com as concepções veiculadas pelas Ciências Humanas e Sociais do século XX até a contemporaneidade; instrumentalizar os participantes com aporte teórico-metodológico introdutório que viabilize a análise da criação e da gestão na contemporaneidade, respeitando as experiências dos indivíduos e dos grupos em suas múltiplas relações de pertença; discutir as relações de poder no âmbito das produções e do consumo cultural e as tensões entre os saberes acadêmicos e populares, uma vez que é cada vez mais presente o saber popular dentro das universidades; compreender os saberes e fazeres tradicionais populares para auxiliar no desenvolvimento de formas mais adequadas de abordagem dessas manifestações. Além disso, embora seja um efeito colateral, não é menos importante notar que o curso fornece espaço para a formação de vínculos que estimulam trocas entre pesquisadoras, estudantes e gestores.

O curso, no momento em sua quarta edição (2025), apresenta ampla procura por parte dos profissionais da cultura e há um processo seletivo para ingresso, realizado por meio de análise de currículo e carta de intenção, o que possibilita a formação de turmas que contemplem alteridade e diversidade, criando as condições ideais para a formação de redes entre pesquisadores, praticantes, estudantes e gestores, que podem gerar novos projetos, pesquisas e trabalhos.

A primeira edição contou com oito encontros, que visaram estimular o desenvolvimento da pesquisa e o registro da cultura tradicional popular

por estudantes, praticantes e gestores, estabelecendo um espaço crítico reflexivo sobre a importância das abordagens de manifestações populares. Àquela altura, nos parecia mais premente abordar as questões teóricas e conceituais que fornecessem ferramentas para atuação dos gestores. Embora já em 1936, Mário de Andrade, na redação de seu anteprojeto para a criação do SPHAN (1937), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, tenha traçado as definições de patrimônio material e imaterial, foi somente com a Constituição Federal de 1988 que essas definições foram ampliadas e possibilitaram políticas públicas. Ainda assim, foram necessários quase vinte anos para que uma política pública federal de preservação dos bens imateriais fosse adotada pelo IPHAN, em 2006. No caso de São Paulo, o primeiro bem registrado através do CONDEPHAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) deu-se apenas em 2017, sendo o Samba Paulista o bem registrado.

Em 2016, as questões em pauta entre os gestores e produtores culturais que lidavam com as manifestações populares estavam primordialmente ligadas às formas de abordagem desses grupos. Instituições culturais espetacularizam as manifestações tradicionais, retirando-as de seus contextos, a questão é como minimizar os impactos desse processo, que por um lado possibilita a sustentabilidade dos grupos, mas que pode descaracterizar, desrespeitar ou mesmo estereotipar as manifestações e seus praticantes. As discussões das relações entre o palco e o altar, assim como a legitimidade dos já citados grupos chamados parafolclóricos, eram prementes naquele momento.

Para melhor entendimento das estratégias utilizadas nesses contextos, a interlocução com os mestres das tradições se mostrou necessária e a segunda edição do curso trouxe para o debate alguns desses agentes que puderam dividir com os alunos suas formas de atuar e resistir. Dessa maneira, foi possível conhecer algumas táticas criadas pelos grupos para lidar com a espetacularização e entender o complexo movimento entre a tradição e a inovação, que faz com que, muitas vezes, o grupo tenha de negociar algumas práticas para que a própria manifestação sobreviva. Assim, a segunda edição teve nove encontros e contou com o Jongo de Dito Ribeiro, de Campinas, São Paulo (Alessandra Ribeiro), a Congada dos Arturos de Contagem, Minas Gerais (Mestre Jorge), o Candomblé Congo Angola Taata Katuvanjesi, da Grande São Paulo (Walmir Damasceno), e o Reisado do Cariri cearense (Mestre Aldenir).

Notamos que a apresentação em palco é citada pelos mestres de diversas tradições como forma de manutenção financeira dos grupos e de atração das novas gerações de brincantes, portanto, definir o que deve ou

não sair do contexto tradicional de festa e ser apresentado como produto artístico é fundamental e faz parte das atribuições desses mestres e dos membros das próprias comunidades.

A terceira edição do curso, pós-pandemia (2023), evidenciou a necessidade de aprofundar o conhecimento prático em paralelo às discussões teóricas. Assim, o curso incorporou a ida aos territórios de algumas manifestações, e a edição contou com onze encontros, entre aulas teóricas e “vivências”, ou seja, aulas *in loco*, oportunizando, além dos conteúdos teóricos aprendidos em conversas e discussões, o contato com as manifestações e com os membros das comunidades visitadas, aproximando os alunos do universo simbólico e prático das manifestações abordadas em sala de aula. Conhecer de perto as práticas desses grupos auxilia na compreensão das formas de abordagem e nas tomadas de decisão na produção dos espetáculos protagonizados por grupos em contextos tradicionais, sendo uma ótima oportunidade para os gestores ouvirem as necessidades dos grupos e as expectativas de seus integrantes.

Com a descentralização das universidades e a ampliação das políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil desde o início dos anos 2000, como as cotas raciais, houve um aumento significativo da presença de pessoas negras no ensino superior. Esse fenômeno trouxe consigo uma nova perspectiva: participantes de tradições populares – muitas delas de matriz afro-brasileira – passaram a vivenciar essas manifestações também como pesquisadores e a assumir a gestão de suas próprias tradições. Esse movimento possibilita a recuperação de repertórios e práticas ancestrais, além de estabelecer uma relação mais orgânica entre espetáculo e tradição.

Um exemplo emblemático dessa transformação é o trabalho de Alessandra Ribeiro, herdeira da tradição do Jongô de Dito Ribeiro, e de Priscila Ribeiro, herdeira da Folia dos Prudências. Ambas são doutoras e professoras do curso, consolidando a presença acadêmica de agentes culturais oriundos dessas expressões.

Além das cotas raciais, outras políticas e iniciativas foram fundamentais nesse processo, como as Leis 10.639/03 e 11.645/08 – que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena –, o Estatuto da Igualdade Racial e o avanço das plataformas digitais, que facilitaram a produção e o compartilhamento de conteúdos (Anjos; Lima, 2025). Esses fatores contribuíram para a valorização das culturas populares, despertando maior interesse entre jovens de comunidades tradicionais e atraindo, pelo turismo, indivíduos em busca de experiências autênticas. Esse renovado interesse fortalece a continuidade dessas manifestações, cujo futuro, até poucos anos atrás, era motivo de preocupação

para muitos mestres da cultura popular devido ao aparente desinteresse das novas gerações.

Entre os profissionais que atuaram nas edições dos cursos estão: Carlos Rodrigues Brandão, Ivan Vilela, Alberto Ikeda, Dane de Jade, Alessandra Ribeiro, Silvana Rubino, Ricardo Lima, Vagner Silva, Walmir Damasceno, Mestre Aldenir, Rafael Menezes Bastos, Mestre Jorge, Mestre Janja, José Guilherme Magnani, Priscila Ribeiro e Caio Csermak.

Salientamos que os profissionais que trabalham no CPF são pesquisadores e que as pesquisas e projetos acadêmicos subsidiam e instrumentalizam nossa atuação. Sendo assim, os profissionais escolhidos têm ligação direta com as pesquisas pessoais das autoras e idealizadoras do curso. Nesse sentido, embora os temas, descritos a seguir, possam ser utilizados para qualquer matriz, notamos que nas três primeiras edições, as matrizes africanas serviram de base para a construção do curso. Para a quarta edição (2025), a matriz indígena será abordada, uma vez que a gestão desses grupos está cada vez mais presente nas instituições culturais.

## **2. TEMAS ABORDADOS NO CURSO**

### *Antropologia e Cultura popular – Questões conceituais e metodológicas*

Introdução a uma análise antropológica da alteridade e da diversidade cultural, enfatizando a importância da cultura enquanto instância de expressão e de ordenação do real. Proporcionar contato com as principais abordagens sobre a construção de campo disciplinar da antropologia e os principais conceitos da disciplina.

### *Folclore, cultura popular e cultura erudita*

Definições, conflitos, intersecções e circularidade das esferas da cultura erudita e da cultura popular. A concepção antropológica do folclore. Discussão sobre diferentes manifestações do conceito de popular, explorando a ideia de tradição, memória, patrimonialização, invenção e apropriação na produção artística brasileira.

### *Metodologia da pesquisa*

Pontos de vista teórico-empíricos acerca da expressão das culturas populares. Produção teórica e etnográfica de estudos brasileiros recentes. Principais ferramentas metodológicas utilizadas nas abordagens das

culturas populares em pesquisas de campo. Reflexões que fundamentam as diferentes linhas teóricas no campo da história oral.

### *Pedagogia nas danças e folguedos brasileiros*

Apresentação dos processos iniciáticos que regem as comunidades praticantes. A transmissão de conhecimento e de saberes coletivos nas sociedades tradicionais. Fusões culturais e as importâncias das festas e seus aspectos de comensalidade.

### *Religiosidade, crenças e cultos populares*

Investigar as manifestações culturais presentes nas religiões e religiosidades, compreendendo-as enquanto fenômenos histórico-culturais importantes na construção e consolidação de identidades e memórias coletivas. Magia, religião e a permeabilidade entre o mundo físico e o mundo dos ancestrais e dos espíritos. Os rituais da cultura popular como performance. Relações dos processos simbólicos com o cotidiano.

### *Linguagens e narrativas tradicionais*

Estudos de textos e narrativas orais, especialmente envolvendo rituais, festas e campos artísticos. Sua importância para a construção da memória coletiva e afirmação de identidades. Produção, expressão e transformação dos saberes e práticas ditas “tradicionais”. História, mito, memória e transmissão oral, e seu interesse para os grupos tradicionais e suas artes e ritos.

### *Artes visuais e culturas populares*

Obra de arte ou artesanato? O encontro pretende discutir os discursos existentes na utilização dos rótulos nas artes visuais dentro das comunicadas tradicionais e propõe uma abordagem que discuta o artesanato tradicional enquanto um sistema que traz em si uma série de valores, culturas e crenças, problematizando a relação entre ética, mercado e produção artesanal.

### *Políticas públicas e culturas populares*

Debate acerca das políticas culturais desenvolvidas no Brasil em relação às alteridades das variadas manifestações populares. Dinâmicas e transformações das culturas populares. Reflexões atuais e ressignificações dos elementos da cultura popular no Brasil. Articulações entre produção e circulação de bens simbólicos.

### **3. CULTURAS POPULARES VS. CONTEXTOS TRADICIONAIS: NOTAS SOBRE UM CONCEITO EM DISPUTA**

Ao desenvolvermos o curso, nos deparamos com uma questão relacionada ao título que utilizaríamos para identificá-lo. Inicialmente, consideramos o termo “culturas populares”, empregado pelo Ministério da Cultura no Plano Setorial para Culturas Populares (2012). No entanto, constatamos que esse conceito segue em disputa e assume conotações distintas a depender da situação em que é empregado. Assim, optamos por adotar um conceito mais abrangente que nos proporciona maior flexibilidade para ajustar o curso de acordo com as experiências reveladas em cada edição. Chegamos, assim, ao título “Gestão cultural em contextos tradicionais”.

Esse processo de reflexão foi enriquecido pelo próprio Plano Setorial do Minc e pelo artigo “Entre a beleza do morto e a cultura viva” (2016), de Maria Celeste Mira. O plano setorial busca uma abordagem que não se limita ao conceito tradicional de cultura popular, frequentemente associada a práticas folclóricas ou rurais, mas que abarque também a cultura urbana, as influências contemporâneas e a dinâmica das culturas locais.

Nesse sentido, o plano defende a ideia de que a cultura popular é algo vivo, dinâmico e em constante transformação. O conceito de culturas populares, adotado pelo Ministério da Cultura, confirma a necessidade de valorizar a pluralidade cultural no Brasil, um país marcado pela diversidade e profundas diferenças regionais dada sua vasta extensão territorial e a complexidade de suas formações sociais.

Quanto a Maria Celeste Mira, seu artigo nos permitiu visualizar que é ainda mais desafiador compreender cultura popular a partir da inserção dos valores urbanos e industriais, que alteraram os modos de vida e as visões de mundo da população. Nesse contexto, a autora considera que a cultura não deve ser encarada como algo estático ou preso ao passado, mas sim como um processo em constante transformação. As tradições culturais, longe de serem resquícios do passado, são práticas sociais vivas que se mantêm e se reinventam por meio do trabalho e da criatividade dos indivíduos que as detêm.

Esse entendimento sobre cultura popular se distancia da visão tradicional que a associava ao campo e ao passado, vinculando-a ao conceito de “tradição” e “folclore”. Segundo Mira (2016), a virada do milênio e as transformações proporcionadas pela revolução informacional intensificaram a visibilidade e a interação de diversas manifestações culturais, gerando um panorama global interconectado e culturalmente heterogêneo. A noção de diversidade superou o multiculturalismo, tornando-se dominante e influenciando práticas culturais e políticas afirmativas. Intelectuais e

artistas, especialmente a partir da última década do século XX, passaram a reconfigurar a cultura popular, reafirmando sua relevância no cenário contemporâneo e desafiando a visão de rigidez que limitava a cultura popular ao campo e ao passado.

Ao tratar da transformação de “cultura popular” para “culturas populares” no contexto brasileiro, a autora conclui que a adoção do termo no plural, como empregado pelo Minc no plano setorial, reflete uma mudança na percepção da cultura brasileira, que deixa de ser vista como um bloco homogêneo e nacional, dando lugar à valorização das expressões culturais regionais e específicas. Essa transição está ligada à diversidade cultural, que vai além da preservação do passado e busca se adaptar às dinâmicas globais contemporâneas. O renascimento das culturas populares não é uma nostalgia, mas uma resposta à homogeneização cultural imposta pela globalização. Assim, a diversidade cultural se torna um conceito salvacionista, ligado à resistência contra as forças homogeneizadoras do capital.

Embora o conceito de cultura popular como apresentado em ambos os documentos mencionados seja bastante abrangente, a expressão “contextos tradicionais” nos pareceu mais apropriada para o manejo do trabalho com o curso. Ao usar essa expressão, o objetivo é considerar e ampliar a visão sobre as manifestações culturais, incluindo não apenas as populares, mas também aqueles contextos que são mais formalizados ou institucionalizados, como práticas culturais reconhecidas e reforçadas por instituições oficiais e por meio de estruturas sociais claras e constitutivas. Como exemplo, tivemos na terceira edição do curso vivências em espaços como o Terreiro de Candomblé Inzo Tumbansi e a OCA Escola Cultural, que se enquadram nessa concepção alargada que os “contextos tradicionais” possibilitam. A expressão pode englobar, dessa forma, aspectos como saberes acadêmicos, práticas religiosas organizadas ou formas de expressão cultural que possuem um caráter mais estruturado e perduram em espaços ou ciclos culturais mais formalizados, em contraste com as manifestações típicas da cultura popular.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação do curso “Gestão cultural em contextos tradicionais” pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo representa um marco significativo na qualificação de gestores culturais voltados às manifestações tradicionais, explorando a complexidade e a dinamicidade dessas expressões. Adotando uma abordagem interdisciplinar, o curso proporciona ferramentas teóricas e práticas que contribuem para a gestão e a

preservação dessas tradições, respeitando sua autenticidade e evitando que sejam submetidas a uma hierarquização cultural que possa comprometê-las, alinhando-se, dessa forma, ao proposto pelo Plano Setorial das Culturas Populares do Ministério da Cultura (2012).

Ao desenvolvermos o curso, inicialmente cogitamos o uso do termo “culturas populares”, adotado pelo Minc no Plano Setorial, mas sua conotação variável nos levou a optar por “Gestão cultural em contextos tradicionais”, um conceito que consideramos mais flexível e abrangente. Esse processo reflexivo foi enriquecido pelo próprio Plano Setorial e pelo artigo de Maria Celeste Mira.

Embora o conceito de cultura popular seja amplo, a expressão “contextos tradicionais” mostrou-se mais adequada, permitindo uma expansão das manifestações culturais a serem consideradas para o curso. Esse termo abrange não apenas as expressões populares, mas também aquelas formalizadas ou institucionalizadas, reconhecidas por estruturas sociais e instituições oficiais. Exemplos disso foram as vivências na terceira edição do curso, em espaços como o Terreiro de Candomblé Inzo Tumbansi e a OCA Escola Cultural.

As edições do curso evidenciaram a necessidade de um debate contínuo sobre os desafios enfrentados pelos grupos tradicionais, especialmente no que se refere à relação entre espetacularização e preservação, ao impacto da inserção de agentes culturais tradicionais no meio acadêmico e à sustentabilidade dessas manifestações diante das transformações sociais e econômicas. A inclusão de vivências práticas e o estreitamento de laços com mestres das tradições populares proporcionaram um novo nível de compreensão sobre as estratégias adotadas para a manutenção e a inovação desses grupos.

Além disso, o curso acompanha as transformações impulsionadas pelas políticas sociais de inclusão e a descentralização do ensino superior, fatores que têm ampliado a participação de integrantes das próprias manifestações na atuação como pesquisadores e gestores de suas tradições. Esse processo reflete mudanças e desafios em constante evolução, fortalecendo a autonomia desses grupos na preservação e na difusão de seus conhecimentos.

Na quarta edição, ao dar maior destaque à matriz indígena, o curso reafirma seu compromisso com a diversidade e o fortalecimento das vozes tradicionais, afirmando o protagonismo desses grupos na construção e na gestão de suas culturas. Ao incorporar essas perspectivas, o curso não apenas enriquece a discussão sobre as especificidades e desafios enfrentados pelos povos indígenas, mas também contribui para uma abordagem mais inclusiva e abrangente no cenário da gestão cultural.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Ana Carolina Costa dos; LIMA, Dulcilei da Conceição. Ações afirmativas e discursos conectados: público emergente e pautas insurgentes. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, v. 40, n. 1, p. 59–75, 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Brasília, 2012. **Plano Setorial para Culturas Populares**. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/texto/arquivos-pdf/CulturaspopularesPlanoSetorial.pdf>. Acesso em: fev. 2025.
- BUZZI, Priscila Maria Ribeiro. **Cantar os Reis: sistemas de cantoria e localidade**. São Paulo, 2022. Tese (Doutorado em Musicologia) – Universidade de São Paulo, 2022.
- CSERMAK, Caio. **Pro povo é festa, pra gente é outra coisa: cultura popular, raça e políticas públicas na Comunidade Negra dos Arturos**. Brasília, 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – UNB, 2014.
- IKEDA, A. T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, p. 173-190, 2013.
- MENEZES, Thiago Guimarães Santos. **Preservacionista aprendiz: o anteprojeto do Span e os aportes de Mário de Andrade para a progressão da disciplina normativa nacional do patrimônio cultural**. São Cristóvão, 2021. Monografia (graduação em Direito) – Departamento em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.
- MORAES, Edson Martins. **Arte popular na Instituição cultural: desafios postos à mediação**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Artes) – Unesp, 2007.
- MIRA, Maria Celeste. Entre a beleza do morto e a cultura viva: a(s) cultura(s) popular(es) na virada do milênio e seus mediadores simbólicos. **Caderno CrH**, Salvador, v. 29, n. 78, p. 427-442, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/m3gjJCTmPVs4LS5wLN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.